

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Começa envio da declaração do IR; prazo será mais curto..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Renda de brasileiros com lucros e dividendos cresce na pandemia..... 5

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Veja como o aposentado faz a declaração do Imposto de Renda 2022 (Imposto de Renda)
..... 7

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS conclui esta semana os pagamentos de benefícios referentes a fevereiro; veja quem
recebe 10

PORTAL R7 - NACIONAL - FOLHA VITÓRIA
SEGURIDADE SOCIAL

Dinheiro esquecido: saque começa nesta segunda. Saiba como fazer!..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para a indústria, é mudar ou perecer (Editorial)..... 13

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Países cortam imposto e dão desconto para conter alta de combustíveis. Veja medidas
..... 15

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presidente do Senado negocia para aprovar bandeiras eleitorais..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O impacto da guerra sobre a economia brasileira - SERGIO LAMUCCI..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Criação de mercado de carbono pode reduzir 25% das emissões até 2029..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guerra deve intensificar movimentos protecionistas..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Corrida para segurar o preço do combustível..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsonaro e o custo da guerra..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

A linguagem do dólar e da bolsa (Editorial)	25
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
O ingresso do Brasil na OCDE (Artigo)	26
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Bolsonaro age contra o tempo	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Políticas alimentares permanentes (Artigo)	30
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Com distribuição de R\$ 101,4 bi, Petrobras se torna 'vaca leiteira'	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Para economista, ritmo dos juros é grande incógnita	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Problemas de oferta prejudicam desempenho do PIB (Artigo)	36

Começa envio da declaração do IR; prazo será mais curto

Cristiane Gercina e Luciana Lazarini

Os 34,1 milhões de contribuintes obrigados a declarar o Imposto de Renda 2022 podem, a partir das 8h desta segunda (7), baixar o programa e enviar a declaração a **Receita Federal**.

O prazo para prestar contas termina às 23h15 do dia 29 de abril. Quem é obrigado a declarar e perde a data-limite paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

Em 2022, os contribuintes terão menos tempo para fazer a declaração, já que o programa, que costumava ser liberado em 1º de março, atrasou devido à operação-padrão dos servidores da Receita, mas novidades que serão implantadas pelo órgão podem facilitar o preenchimento.

Os cidadãos que tiverem conta gov.br nível prata ou ouro poderão preencher o Imposto de Renda em várias plataformas. O contribuinte pode começar a declarar o IR no computador e terminar de fazê-lo de forma online, pelo Meu Imposto de Renda, dentro do e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da **Receita Federal**), ou no celular outtablet.

A partir de 15 de março, estará disponível a declaração pré-preenchida, também para quem tem conta gov.br nível prata ou ouro. A estimativa da **Receita Federal** é que 10 milhões de usuários tenham acesso a essa funcionalidade.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda 2022 o contribuinte que recebeu rendimentos tributáveis de mais de R\$ 28.559,70 em 2021, o que inclui salário, aposentadoria e pensão, por exemplo. Se recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 40 mil também está obrigado a declarar.

Quem teve movimentações na Bolsa de Valores, passou a morar no país em 2021 e aqui estava em 31 de dezembro ou teve lucro com a venda de bens e direitos no ano entra na lista de obrigatoriedade.

Contribuintes com bens e direitos acima de R\$ 300 mil em dezembro de 2021 são obrigados a declarar. Há outras regras que obrigam o envio.

O primeiro passo de quem vai enviar o documento é baixar o programa ou o aplicativo Meu Imposto de Renda.

Para quem está declarando pela primeira vez, é preciso abrir um novo documento. No caso de quem já declarou o IR em anos anteriores, há a opção de importar os dados, caso tenha conta gov.br nível prata ou ouro ou se estiver fazendo a declaração no mesmo computador do ano anterior.

A primeira ficha é a de identificação, onde devem constar CPR endereço, número de celular e ocupação principal.

Os rendimentos recebidos são declarados nas fichas específicas, conforme sua natureza. Se teve salário de empresa, o valor vai em "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ". Se prestou serviço a pessoas físicas, deve declarar em "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PF/Exterior".

Dentre as principais deduções estão despesas com dependentes, saúde e educação.

Com exceção dos dependentes, que têm ficha própria, os demais gastos são declarados em "Pagamentos Efetuados".

Casa, carro e saldos das contas em bancos que forem maiores do que R\$ 140 devem ser declarados ao fisco. Essas informações vão na ficha "Bens e Direitos". Dívidas acima de R\$ 5.000 são informadas na ficha "Dívidas e Ônus Reais", desde que não sejam financiamento de casa ou carro.

Neste ano, a restituição poderá ser paga por Pix, caso a chave seja o CPF do titular da declaração. Senão for possível receber por Pix, o contribuinte deve informar uma conta em banco que seja válida.

Quem declara antes recebe a restituição primeiro. Nos primeiros lotes, o fisco paga o imposto a quem faz parte das prioridades legais: idosos, pessoas com deficiência física ou mental ou doença grave e profissionais cuja maior fonte de renda é o magistério. Para receber a restituição, que é paga em cinco lotes, o IR não pode ter erros que levem à malha fina.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49842&anchor=6451419&pd=06ea53ebff640c8be3a60839ec8ae7af>

Renda de brasileiros com lucros e dividendos cresce na pandemia

Idiana Tomazelli

A renda declarada por brasileiros com lucros e dividendos subiu a R\$ 384,3 bilhões em 2020, ano em que o surgimento da pandemia de Covid-19 destruiu milhões de postos de trabalho e levou empresas a cortarem salários.

O valor é 7% maior que o declarado nessa fonte de rendimentos em 2019. A variação supera a **inflação** do período -o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) terminou 2020 em alta de 4,52%.

Além disso, de cada R\$ 100 declarados como lucros e dividendos, R\$ 70 estavam nas mãos do 1% mais rico -um grupo de 316.348 declarantes com rendimentos entre R\$ 603,1 mil e R\$ 2,6 bilhões.

Os dados fazem parte dos grandes números das declarações do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) de 2021, feitas com base nos rendimentos de 2020. A publicação das informações é feita anualmente pela **Receita Federal**.

Para especialistas, o crescimento dos lucros e dividendos sinaliza, por um lado, a resiliência dessa fonte de renda mesmo em um período de crise. Por outro, indica a possibilidade de ter havido uma concentração de renda no país, aprofundando desigualdades.

Os lucros e dividendos recebidos pela pessoa física são isentos de Imposto de Renda no Brasil. Entre seus recebedores estão investidores, acionistas, sócios de empresas, profissionais liberais e outros prestadores de serviços PJ (pessoa jurídica). Em geral, o pagamento dessa verba é destinado a integrantes dos estratos mais ricos.

Já a renda do trabalho (recebida por um profissional com carteira assinada, por exemplo) sofre desconto de IR, com alíquotas progressivas que vão de 7,5% a 27,5%.

Em contraste, a categoria de rendimentos tributáveis (que inclui os salários) teve um crescimento de 3,2% em 2020 ante o ano anterior - abaixo da **inflação**.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a propor ao Congresso uma reforma do

Imposto de Renda que previa a retomada da taxação dos lucros e dividendos na pessoa física -cobrança extinta no Brasil desde 1996.

O governo propôs uma taxa de 20%, com isenção para rendimentos até R\$ 20 mil mensais para micro e pequenas empresas. A Câmara dos Deputados cortou a alíquota para 15% e ampliou as exceções. O projeto está no Senado, sem previsão de votação.

Os dados obtidos nas declarações do IRPF não refletem sozinhos o panorama integral da distribuição de renda no país, uma vez que apenas 31,6 milhões de brasileiros prestaram contas à **Receita Federal**. Mas as informações são um termômetro relevante para identificar o que aconteceu com os rendimentos da população no ano mais agudo da crise sanitária.

Em uma divisão por grupos, considerando salários, 13o, lucros e dividendos ou outros tipos de remuneração de sócios, é possível detectar que os 25% mais pobres informaram o recebimento de R\$ 119,3 bilhões em 2020, valor abaixo dos R\$ 119,3 bilhões declarados pela mesma fatia dos declarantes no ano anterior. O grupo considera 7,9 milhões de pessoas com renda de até R\$ 28,5 mil no ano.

Já no 1% mais rico informou rendimentos de R\$ 578,7 bilhões em 2020, mais que os R\$ 545,6 bilhões do período anterior. Quase metade dos valores declarados vem de lucros e dividendos, que somaram R\$ 271,3 bilhões nesse estrato da população.

O economista Rodrigo Orair, especialista em tributação e ex-diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, destaca que a pandemia promoveu um grande baque na renda de trabalhadores situados nas faixas de menor renda, que foram demitidos ou tiveram reduções temporárias de salário, enquanto a população com maiores salários foi blindada pelas opções de trabalho remoto.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 8,29 milhões de pessoas perderam a ocupação na comparação do último trimestre de 2020 com o mesmo período do ano anterior. Nesse intervalo, o rendimento médio real do trabalho caiu 1,1%.

Esse fator, associado ao crescimento de lucros e

dividendos, indica uma tendência de concentração de renda no Brasil. "Há indícios de alguma concentração no topo. Os mais frágeis estão na base", diz o especialista.

Orair observa ainda que a alta do valor declarado em lucros e dividendos veio acompanhada de um aumento no número de pessoas que preenchem esse campo na declaração do IRPF. Para ele, pode haver duas explicações.

"A despeito de toda pandemia, o mercado acionário foi bem em 2020, e o número de investidores na Bolsa cresceu. Tinha oportunidade, as pessoas podem ter entrado nesse mercado", afirmou.

A outra possibilidade, segundo ele, é a aceleração do fenômeno da pejetização: com as demissões durante a pandemia, trabalhadores podem ter sido levados a se enquadrar nesse novo vínculo.

A economista Débora Freire, professora do Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), afirma que a alta nos lucros e dividendos poderia ter sido até maior, considerando a retração do apetite das empresas por investir em meio à pandemia. Por outro lado, o crescimento é sinal de maior resiliência desse tipo de rendimento em momentos de crise.

"Os rendimentos do trabalho caem muito, ao passo que os rendimentos do capital aumentam, exatamente porque não sofrem tanto com os ciclos econômicos", afirma.

O problema, segundo ela, é a assimetria de tributação, que reforça a desigualdade de renda no Brasil. Além de os salários terem caído em 2020, eles foram mais tributados do que os lucros e dividendos, que aumentaram.

"Em tempos normais, a gente já tem uma assimetria de tributação de rendas do trabalho e do capital. Nos períodos de crise, a gente alimenta essa assimetria", critica.

A professora defende a aprovação de uma **reforma tributária** ampla, que inclua o retomo da tributação sobre lucros e dividendos distribuídos à pessoa física. No entanto, ela critica a proposta enviada pelo governo e que foi aprovada a toque de caixa na Câmara, sem que seu teor fosse público no momento da votação, no início de setembro de 2021.

"A proposta abria mão de receitas, com uma série de isenções para um volume de dividendos muito expressivo", diz Freire. O texto aprovado isenta os lucros e dividendos pagos por empresas com

faturamento de até R\$ 4,8 milhões.

"É uma reforma mal calibrada e que depois foi desvirtuada. Não acho que dá para discutir hoje uma **reforma tributária** que implique redução na arrecadação, exatamente porque temos problemas sociais seríssimos para lidar. Precisamos da oferta de serviços públicos", afirma a professora.

Para ela, o debate deve ficar para o próximo governo. "Entraves políticos e a composição do Congresso Nacional dificultam muito a aprovação de uma reforma que promova justiça social", diz.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49842&anchor=6451419&pd=06ea53ebff640c8be3a60839ec8ae7af>

Veja como o aposentado faz a declaração do Imposto de Renda 2022 (Imposto de Renda)

Cristiane Gercina

Cristiane Gercina

São Paulo

Os aposentados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) obrigados a declarar o Imposto de Renda 2022 devem prestar muita atenção na hora de preencher a declaração para não cometer erros e cair na malha fina .

O prazo para prestar contas vai de 7 de março a 29 de abril. Quem é obrigado a declarar e não envia o IR paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

Entre as principais informações que devem ser enviadas à **Receita Federal** estão o valor do benefício recebido da Previdência, os gastos que teve no ano, especialmente com saúde, outras rendas que houver e bens e direitos. Para não errar, a principal dica é seguir o informe de rendimentos do **INSS**.

O primeiro passo para dar início ao preenchimento da declaração é ter consigo todos os documentos necessários, em especial o informe do instituto . O extrato do IR foi liberado no dia 18 de fevereiro pelo órgão e já pode ser acessado no site ou aplicativo **Meu INSS** , ou no site extratoir.inss.gov.br .

Em 2022, há a possibilidade de conseguir o extrato também pelo chat humanizado da Helô. Para ter acesso ao documento, a pessoa deverá confirmar seus dados pessoais com o atendente do chat.

No meu **INSS**, é preciso ter cadastro. O acesso é feito com CPF e senha. Já no site do extrato do IR, o segurado precisa informar o número do benefício, a data de nascimento, o nome completo e o número do CPF. É possível, em qualquer uma das plataformas, salvar o PDF do documento.

O segundo passo é baixar o programa gerador do IR no computador ou aplicativo Meu Imposto de Renda, disponível para tablet e celular. A liberação do programa ocorre nesta segunda-feira (7), com atraso em relação a anos anteriores, quando costumava ser disponibilizado com antecedência.

Quem vai fazer a declaração no mesmo computador usado no ano passado consegue importar os dados, o que facilita o preenchimento. Os aposentados que tiverem conta gov.br nível prata ou ouro também poderão ter acesso, por meio do e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da Receita), ao documento enviado ao fisco no ano passado.

Neste ano, há mais uma novidade, que é a declaração pré-preenchida. Ela já virá com os dados de órgãos como o **INSS**, convênio médico e imobiliária, para quem recebe rendimento de aluguel. No entanto, essa nova função só estará disponível a partir do dia 15 de março.

Janine Goulart, sócia da KPMG, diz que o aposentado não pode esquecer de declarar tudo o que é necessário: rendimentos, bens e direitos e dependentes, se for o caso. "Ele deve coletar todas as informações relacionadas aos rendimentos e se basear nos documentos oficiais. Não pode esquecer de nenhum rendimento, nem das informações relacionadas aos bens e às deduções", afirma.

Valdir Amorim, coordenador tributário da IOB, afirma que o aposentado também não pode deixar de fora da declaração as dívidas com consignado do **INSS**, caso ele tenha algum empréstimo. Embora as regras da Receita indiquem que só é obrigatório declarar dívidas acima de R\$ 5.000, ele recomenda colocar todos os dados no IR.

"Não é obrigatório, mas é bom informar o consignado. Recomendamos que o contribuinte declare tudo, mas é ele quem decide."

Outra dica que Amorim dá aos segurados do **INSS** é, já nesta segunda, baixar o programa do IR e, depois, no dia 15, se for possível, tentar o acesso à declaração pré-preenchida. "Preenche, vê a declaração. Depois, com a pré-preenchida, vai poder acessar os dados que já estarão lá, conferir, validar ou excluir algum, tentando evitar erros."

Quem declara nos primeiros e não cai na malha fina recebe a restituição antes. No caso do contribuinte idoso, há prioridade no pagamento dos valores. Para quem tem menos de 60 anos, no entanto, essa prioridade não está garantida em lei. A restituição será paga em cinco lotes, entre maio e setembro .

Confira o que informar na declaração Para quem tem menos de 65 anos

13º do aposentado Para quem tem a partir de 65 anos Aposentado que trabalha Segurado que recebe aposentadoria e pensão

Benefício de outros órgãos previdenciários Para quem recebeu atrasados do **INSS**

Atrasados do ano-base

Pagamento do advogado Aposentado que tem previdência privada Se tiver empréstimo consignado do **INSS**

Bancos fornecem informe Aposentado por invalidez Aposentado que também tem renda de aluguel Gastos e bens devem ser declarados

Quem tem bens, como casa ou carro, deve colocá-los no Imposto de Renda. Eles vão na ficha "Bens e Direitos", mesmo se estiverem financiados. Informe a matrícula do imóvel e o Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores) do veículo. O valor a ser declarado é o da compra. A não ser em caso de imóveis e automóveis que ainda estão financiados. Neste caso, deve ser declarado o valor pago até agora.

Despesas com saúde, educação e dependentes , entre outras garantem restituição maior ou o pagamento de menos imposto. Com exceção dos dependentes, que devem ser declarados em ficha própria, o contribuinte informa suas despesas em "Pagamentos Efetuados", sob o código específico para cada gasto.

É preciso ter muito cuidado com as despesas médicas, que são campeãs de malha fina. Declare apenas o que estiver no informe de rendimentos do convênio ou o valor que constar no recibo de sua consulta médica ou do dentista.

Remédios não dão dedução no IR nem os testes de Covid feitos em farmácia . No caso dos medicamentos, se eles integrarem a conta do hospital, poderão ser deduzidos.

Os aposentados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) obrigados a declarar o Imposto de Renda 2022 devem prestar muita atenção na hora de preencher a declaração para não cometer erros e cair na malha fina .

O prazo para prestar contas vai de 7 de março a 29 de abril. Quem é obrigado a declarar e não envia o IR

paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

Entre as principais informações que devem ser enviadas à **Receita Federal** estão o valor do benefício recebido da Previdência, os gastos que teve no ano, especialmente com saúde, outras rendas que houver e bens e direitos. Para não errar, a principal dica é seguir o informe de rendimentos do **INSS**.

O primeiro passo para dar início ao preenchimento da declaração é ter consigo todos os documentos necessários, em especial o informe do instituto . O extrato do IR foi liberado no dia 18 de fevereiro pelo órgão e já pode ser acessado no site ou aplicativo **Meu INSS** , ou no site extratoir.[inss.gov.br](https://www.inss.gov.br) .

Em 2022, há a possibilidade de conseguir o extrato também pelo chat humanizado da Helô. Para ter acesso ao documento, a pessoa deverá confirmar seus dados pessoais com o atendente do chat.

No meu **INSS**, é preciso ter cadastro. O acesso é feito com CPF e senha. Já no site do extrato do IR, o segurado precisa informar o número do benefício, a data de nascimento, o nome completo e o número do CPF. É possível, em qualquer uma das plataformas, salvar o PDF do documento.

O segundo passo é baixar o programa gerador do IR no computador ou aplicativo Meu Imposto de Renda, disponível para tablet e celular. A liberação do programa ocorre nesta segunda-feira (7), com atraso em relação a anos anteriores, quando costumava ser disponibilizado com antecedência.

Quem vai fazer a declaração no mesmo computador usado no ano passado consegue importar os dados, o que facilita o preenchimento. Os aposentados que tiverem conta gov.br nível prata ou ouro também poderão ter acesso, por meio do e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da Receita), ao documento enviado ao fisco no ano passado.

Neste ano, há mais uma novidade, que é a declaração pré-preenchida. Ela já virá com os dados de órgãos como o **INSS**, convênio médico e imobiliária, para quem recebe rendimento de aluguel. No entanto, essa nova função só estará disponível a partir do dia 15 de março.

Janine Goulart, sócia da KPMG, diz que o aposentado não pode esquecer de declarar tudo o que é necessário: rendimentos, bens e direitos e dependentes, se for o caso. "Ele deve coletar todas as informações relacionadas aos rendimentos e se basear nos documentos oficiais. Não pode esquecer de nenhum rendimento, nem das informações

relacionadas aos bens e às deduções", afirma.

Valdir Amorim, coordenador tributário da IOB, afirma que o aposentado também não pode deixar de fora da declaração as dívidas com consignado do **INSS**, caso ele tenha algum empréstimo. Embora as regras da Receita indiquem que só é obrigatório declarar dívidas acima de R\$ 5.000, ele recomenda colocar todos os dados no IR.

"Não é obrigatório, mas é bom informar o consignado. Recomendamos que o contribuinte declare tudo, mas é ele quem decide."

Outra dica que Amorim dá aos segurados do **INSS** é, já nesta segunda, baixar o programa do IR e, depois, no dia 15, se for possível, tentar o acesso à declaração pré-preenchida. "Preenche, vê a declaração. Depois, com a pré-preenchida, vai poder acessar os dados que já estarão lá, conferir, validar ou excluir algum, tentando evitar erros."

Quem declara nos primeiros e não cai na malha fina recebe a restituição antes. No caso do contribuinte idoso, há prioridade no pagamento dos valores. Para quem tem menos de 60 anos, no entanto, essa prioridade não está garantida em lei. A restituição será paga em cinco lotes, entre maio e setembro .

Confira o que informar na declaração

13º do aposentado

Benefício de outros órgãos previdenciários

Atrasados do ano-base

Pagamento do advogado

Bancos fornecem informe

Quem tem bens, como casa ou carro, deve colocá-los no Imposto de Renda. Eles vão na ficha "Bens e Direitos", mesmo se estiverem financiados. Informe a matrícula do imóvel e o Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores) do veículo. O valor a ser declarado é o da compra. A não ser em caso de imóveis e automóveis que ainda estão financiados. Neste caso, deve ser declarado o valor pago até agora.

Despesas com saúde, educação e dependentes , entre outras garantem restituição maior ou o pagamento de menos imposto. Com exceção dos dependentes, que devem ser declarados em ficha própria, o contribuinte informa suas despesas em "Pagamentos Efetuados", sob o código específico para cada gasto.

É preciso ter muito cuidado com as despesas médicas, que são campeãs de malha fina. Declare apenas o que estiver no informe de rendimentos do convênio ou o valor que constar no recibo de sua consulta médica ou do dentista.

Remédios não dão dedução no IR nem os testes de Covid feitos em farmácia . No caso dos medicamentos, se eles integrarem a conta do hospital, poderão ser deduzidos.

Endereço da página

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/veja-como-o-aposentado-faz-a-declaracao-do-imposto-de-renda-2022.shtml>

INSS conclui esta semana os pagamentos de benefícios referentes a fevereiro; veja quem recebe

Por g1

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) conclui esta semana os pagamentos dos benefícios para aposentados e pensionistas referentes ao mês de fevereiro.

O calendário leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço. Veja abaixo quem recebe nesta semana:

Para aqueles que recebem um salário mínimo, os depósitos referentes a fevereiro serão feitos nesta segunda-feira (7) para quem tem o número final 8. Para aqueles que recebem um salário mínimo, os depósitos referentes a fevereiro serão feitos na terça-feira (8) para quem tem o número final 9. Para aqueles que recebem um salário mínimo, os depósitos referentes a fevereiro serão feitos na quarta-feira (9) para quem tem o número final 0. Para aqueles que recebem acima de um salário mínimo, os depósitos de fevereiro serão feitos nesta segunda-feira (7) para quem tem números finais 3 e 8. Para aqueles que recebem acima de um salário mínimo, os depósitos de fevereiro serão feitos na terça-feira (8) para quem tem números finais 4 e 9. Para aqueles que recebem acima de um salário mínimo, os depósitos de fevereiro serão feitos na quarta-feira (9) para quem tem números finais 5 e 0.

Veja abaixo o calendário:

calendário de pagamento de benefícios em 2022 -
Foto: Divulgação

Valores das contribuições ao **INSS** mudam a partir de fevereiro; entenda Benefícios do **INSS** acima do mínimo têm reajuste de 10,16%; teto sobe para R\$ 7.087. Veja calendário de benefícios Prova de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

Atualmente, são mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país - mais de 60% recebem um salário mínimo.

Para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde

1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo **INSS** não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Já os aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 10,16% na remuneração - o teto dos benefícios do **INSS** passou de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/07/inss-conclui-esta-semana-os-pagamentos-de-beneficios-referentes-a-fevereiro-veja-quem-recebe.ghtml>

Dinheiro esquecido: saque começa nesta segunda. Saiba como fazer!

Folha Vitória

/
por

Folha Vitória

A partir desta segunda-feira (7), as pessoas nascidas até 1968 ou empresas abertas antes desse ano poderão pedir o saque de recursos esquecidos em instituições financeiras. O processo deve ser feito no site Valores a Receber, criado pelo Banco Central (BC) para consulta e agendamento da retirada de saldos residuais.

A consulta foi aberta na noite de 13 de fevereiro. Na ocasião, o próprio sistema informou a data e o horário em que usuários com recursos a sacar devem retornar ao site para fazer o agendamento.

O processo vai até sexta-feira (11). Quem perder o prazo ou o horário poderá fazer repescagem no sábado (12), das 4h às 24h. O usuário que perder a repescagem só poderá retornar a partir de 28 de março.

Leia também: Dinheiro esquecido: fundos públicos, **INSS** e até prêmio de loteria também são fontes

Após o pedido de saque, a instituição financeira terá até 12 dias úteis para fazer a transferência. A expectativa é que pagamentos realizados por meio de Pix ocorram mais rápido.

Para agendar o saque, o usuário deverá ter conta nível prata ou ouro no Portal Gov.br. Identificação segura para acessar serviços públicos digitais, a conta Gov.br está disponível a todos os cidadãos brasileiros.

O login tem três níveis de segurança: bronze, para serviços menos sensíveis; prata, que permite o acesso a muitos serviços digitais; e ouro, que permite o acesso a todos os serviços digitais.

Leia também: Saiba como verificar se você tem algum dinheiro 'esquecido' em banco

Segundo o balanço mais recente do BC, cerca de 114 milhões de pessoas e 2,7 milhões de empresas

acessaram o sistema de consultas criado para o resgate do dinheiro. Desse total, 25,9 milhões de pessoas físicas e 253 mil empresas descobriram que têm recursos a receber.

Acessar o site valoresareceber.bcb.gov.br na data e no período de saque informado na primeira consulta. Quem esqueceu a data pode repetir o processo, sem esperar o dia 7 de março.

Fazer login com a conta Gov.br (nível prata ou ouro). Se o cidadão ainda não tiver conta nesse nível, deve fazer logo o cadastro ou aumentar o nível de segurança (no caso de contas tipo bronze) no site ou no aplicativo Gov.br. O BC aconselha ao correntista não deixar para criar a conta e ajustar o nível no dia de agendar o resgate. Confira como aumentar o nível do login Gov.br.

Ler e aceitar o termo de responsabilidade

Verificar o valor a receber, a instituição que deve devolver o valor e a origem (tipo) do valor a receber. O sistema poderá fornecer informações adicionais, se for o caso. A primeira etapa da consulta só informava a existência de valores a receber, sem dar detalhes.

Clicar na opção indicada pelo sistema:

"Solicitar por aqui": para devolução do valor via Pix em até 12 dias úteis. O usuário deverá escolher uma das chaves Pix e informar os dados pessoais e guardar o número de protocolo, caso precise entrar em contato com a instituição.

"Solicitar via instituição": a instituição financeira não oferece a devolução por Pix. O usuário deverá entrar em contato pelo telefone ou e-mail informado para combinar com a instituição a forma de retirada: Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou Documento de Crédito (DOC).

Importante: na tela de informações dos valores a receber, o cidadão deve clicar no nome da instituição para consultar os canais de atendimento.

Para evitar excesso de procura no site, o Banco Central escalonou o pedido de saque conforme a idade do correntista ou a data de fundação da empresa. A cada semana, um público diferente será

atendido.

O prazo de agendamento para pessoas nascidas entre 1968 e 1983 ou empresas fundadas nesse período será de 14 a 18 de março, com repescagem em 19 de março. Quem nasceu a partir de 1984 ou abriu empresa nesse ano, a data vai de 21 e 25 de março, com repescagem em 26 de março. As repescagens também ocorrerão aos sábados no mesmo horário, das 4h às 24h.

Leia também: Clientes poderão transferir dinheiro esquecido em bancos a partir desta segunda. Veja como fazer

Quem perder o sábado de repescagem poderá pedir o resgate a partir de 28 de março, independentemente da data de nascimento ou de criação da empresa.

O BC esclarece que o cidadão ou empresa que perderem os prazos não precisam se preocupar. O direito a receber os recursos são definitivos e continuarão guardados pelas instituições financeiras até o correntista pedir o saque.

Nesta primeira fase, estão sendo liberados R\$ 3,9 bilhões esquecidos em instituições financeiras. Em maio, haverá uma nova rodada de consultas, com mais R\$ 4,1 bilhões disponíveis.

Site: <http://noticias.r7.com/cidades/folha-vitoria/dinheiro-esquecido-saque-comeca-nesta-segunda-saiba-como-fazer-07032022>

Para a indústria, é mudar ou perecer (Editorial)

Embora tenha crescido 4,5% no ano passado, a indústria está longe de ter superado a crise que se estende há pelo menos dez anos e afeta, sobretudo, o segmento de transformação.

A expansão em 2021 parece expressiva, mas é menor do que a de toda a economia - o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu 4,6%, segundo o IBGE - e, nos dois últimos trimestres do ano passado, a indústria registrou queda. A desindustrialização, para a qual economistas e dirigentes empresariais vêm apontando há tempos, não foi interrompida.

São muitos os desafios para superá-la.

Governos que não conseguem ver além dos interesses imediatos e particulares de seus integrantes, como o de Jair Bolsonaro, dificilmente compreenderão a dimensão de desafios dessa natureza.

Felizmente, com a possibilidade de sua substituição pelo voto, maus governantes não são eternos. E, no setor produtivo, parece haver firme e consciente disposição de encarar os novos problemas, com base em diagnósticos realistas, e buscar soluções condizentes com as exigências contemporâneas.

Pode-se ter esperança.

Ao tomar posse como presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em fevereiro, o empresário Josué Gomes da Silva havia mostrado a necessidade de recuperar o dinamismo da indústria na economia nacional e debater a reindustrialização do País, num mundo em que os processos produtivos se modernizam e se modificam rapidamente. Em recente entrevista ao jornal Valor Econômico, o novo economista-chefe da Fiesp, Igor Rocha, disse que o grande desafio da indústria de transformação é definir uma nova política industrial.

Essa nova política, mostrou Rocha, deve estar livre dos vícios do passado - entre eles o protecionismo e a interminável determinação com que parte do setor buscava vantagens tributárias temporárias ou perenes - e ter, entre suas diretrizes, a sustentabilidade, a redução das emissões de carbono e o foco em setores de média e alta tecnologia.

Não é pouco, para um segmento já às voltas com tantos obstáculos para recuperar seu papel no crescimento econômico.

Mas é necessário.

Aos problemas antigos, que são conhecidos, se somam os que as transformações do sistema de produção, distribuição e comercialização em todo o mundo estão impondo a governos, empresas, trabalhadores e consumidores.

São mudanças cuja compreensão será vital não apenas para o crescimento, mas até mesmo para a sobrevivência das empresas, em particular as da indústria de transformação.

A **reforma tributária**, que simplifique o sistema e propicie alguma redução do peso dos **impostos** e taxas, de modo a estimular os investimentos, continua sendo uma meta prioritária que o setor produtivo não pode abandonar.

Da mesma forma, a recuperação da infraestrutura, para propiciar mais confiabilidade e redução de custos para a produção, transporte e comercialização de bens e serviços, continua indispensável.

Mas políticas industriais como as que vigoraram até há poucas décadas são coisas do passado, diz o novo economista-chefe da Fiesp. A preocupação deve, daqui para a frente, estar voltada para os segmentos com maior potencial de produção ambientalmente sustentável, que atenda aos objetivos resumidos no acrônimo para meio ambiente, preocupação social e governança - ESG (em inglês). Trata-se de um movimento global, de que a indústria brasileira não poderá escapar, a despeito de já ter problemas internos específicos que tendem a retardar a transformação de seu processo produtivo.

Só assim o Brasil poderá superar a desindustrialização que Igor Rocha e outros analistas consideram precoce. A redução do tamanho da indústria no **PIB** ocorre quando as economias passam de renda média para renda alta. Outros segmentos crescem mais, daí a perda do peso relativo da indústria na economia nacional. Mas isso ocorreu aqui sem que o País alcançasse a condição de renda alta, daí seu caráter prematuro. A renda gerada pela indústria caiu, da

mesma forma que sua produtividade.

Com visão clara da imensidão do problema, é possível, ainda que muito difícil, começar a superá-lo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Países cortam imposto e dão desconto para conter alta de combustíveis. Veja medidas

Danielle Nogueira

RIO - A guerra entre Rússia e Ucrânia elevou ainda mais as cotações do petróleo no mercado internacional, aumentando a pressão sobre governos para conter o impacto nos preços dos combustíveis. As medidas - a maior parte adotada antes da eclosão do conflito - vão de cortes de impostos e descontos nas contas de luz a subsídios para distribuidoras e consumidores.

Minas e Energia: Guerra leva ministro a apoiar liberação de estoques de petróleo para regular preço de combustíveis

Entenda: Os dois projetos que tentam reduzir preço da gasolina e podem ser votados no Senado

No Brasil, as discussões tendem a crescer nesta semana, com a possibilidade de votação de dois projetos para conter a alta da gasolina, do diesel e do gás. Para especialistas, porém, há risco de se criar uma má solução, tendo em vista o calor dos acontecimentos e o fato de 2022 ser um ano eleitoral, o que eleva a pressão por resultados de curto prazo.

Ontem o barril de petróleo encostou em US\$ 140, após notícia de que EUA e União Europeia estudam embargo ao óleo russo. O valor representa um salto em relação a março de 2020, quando a pandemia derrubou a demanda e a commodity era negociada na faixa dos US\$ 20 o barril, o menor nível em quase duas décadas.

Com a retomada da economia mundial em 2021, a demanda voltou a crescer e não foi acompanhada pela oferta, o que já pressionava os preços.

Diante desse cenário, alguns países adotaram medidas para minimizar o impacto para a população. No Japão, por exemplo, o governo decidiu, em janeiro, conceder temporariamente um subsídio de 3,4 ienes por litro a distribuidoras de combustíveis toda vez que o preço da gasolina ultrapassar determinado patamar. Em Portugal, o subsídio é direto ao cidadão, limitado a 5 por mês.

- Há movimentos para redução de preços em vários países, que tendem a ganhar mais força com a guerra. As medidas adotadas são temporárias e não

significam abandono da política de preços - diz Alexandre Szklo, professor do Programa de Planejamento Energético da Coppe.

No Brasil, há dois projetos em tramitação no Congresso, ambos relatados pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN), que visam a reduzir o preço dos combustíveis. O que mais preocupa especialistas é o PL 1.472, que cria uma conta de estabilização e critérios para definição dos preços: cotações médias do mercado internacional, custo internos de produção e de importação.

Risco de retrocesso

Este último ponto, que tem passado despercebido em muitos debates, é apontado como uma intervenção no mercado por analistas do setor, o que afastaria o Brasil do grupo de países que têm uma política de preço livre, como EUA, nações europeias como Reino Unido e França, e emergentes como Peru e Chile.

- A Lei do Petróleo diz que o preço é livre na refinaria, na distribuidora e na revenda. Ao estabelecer critérios para definição do preço subentende-se a criação de uma fórmula. É um retrocesso. O maior risco neste momento é o de se aprovar uma solução ruim, pois os políticos estão sob pressão - diz Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura.

Para Felipe Feres, presidente da Comissão de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis da OAB/RJ, o PL introduz o controle de preços, o que seria inconstitucional:

- A constituição diz que somos economia de mercado.

No mesmo PL 1.472, há a proposta de uma conta estabilização, espécie de fundo cujos recursos seriam usados para evitar subidas nos preços em casos de flutuações na cotação do petróleo. O ponto mais polêmico do PL era a criação de um imposto sobre a exportação de petróleo bruto, que custearia esse fundo. Mas o senador Prates já concordou em excluir o trecho do seu relatório.

Desoneração temporária

Países como Chile e Peru, que importam muito petróleo, adotam esse mecanismo para suavizar

oscilações abruptas. O Brasil exporta petróleo, mas importa diesel e gasolina, Por isso, alguns analistas defendem o projeto. O problema é como financiar a conta.

Pelo PL, ela seria sustentada por dividendos da Petrobras distribuídos à União, bônus de assinatura arrecadados nos leilões de petróleo, assim como royalties e participações especiais (PEs). Pires avalia que, se o texto for mantido, seria necessário alterar a Constituição, pois mudaria as regras de destinação dos royalties e PEs.

Os especialistas lembram que três fatores influenciam os preços de gasolina e diesel: o preço do petróleo, os **tributos** e as margens das empresas. Em economias de mercado, resta aos governos mexer na tributação. É o que pretende o PLP 11, que muda o cálculo do ICMS sobre os combustíveis.

Na avaliação de Giovanni Loss, sócio do Mattos Filho para a área de petróleo e gás, a tendência é os países desonerarem os combustíveis, reduzindo o impacto na **inflação**:

-Se o fizerem, isso deve ser feito de forma temporária. E sem contrapartida de tributação sobre parte da cadeia ou outro setor. Um novo tributo espantaria investidores.

Foi o que fez a Bélgica, por exemplo, que reduziu o imposto sobre o valor agregado da energia de 21% para 6% entre março e julho. A Tailândia também diminuiu o imposto sobre o diesel por três meses.

No caso do Brasil, a mudança no ICMS não é uma mudança temporária de taxas. É uma mudança na forma como tributar os combustíveis, o que deve reduzir a arrecadação dos governos estaduais, tornando sua aprovação mais complexa.

Para Alexandre Szklo, da Coppe, os dois projetos relatados pelo senador Jean Paul Prates não resolvem a questão dos preços dos combustíveis porque não atacam questões estruturais que contribuem para a alta dos preços.

De um lado, diz, o Brasil é dependente do modal rodoviário e tem uma frota de caminhões velha e pouco eficiente, que consome muito diesel. Como o país importa 25% do diesel que consome e não há perspectiva de investimento em expansão do refino, a pressão sobre o preço vai continuar, pois há uma dependência da importação.

- Temos a maior proporção de caminhões autônomos entre os países continentais. São veículos com média de idade de 12 anos, pouco eficientes no consumo de

combustível. E nossa malha rodoviária é precária, levando-os a consumir ainda mais do que consumiriam se as estradas fossem de qualidade - afirma Szklo.

Do outro lado, diz, unificar o ICMS dos combustíveis é um movimento que deveria estar dentro de um quadro mais amplo de **reforma tributária**, pois é um imposto que não incide apenas no setor de petróleo e gás.

As diferentes políticas de preços

EUA

O governo mantém estoques de combustíveis ou exige que as empresas o façam. A Reserva Estratégica de Petróleo é usada em caso de choque inesperado no preço.

México

Desde 2017, preços de combustíveis refletem a cotação no mercado internacional, câmbio e custos logísticos de transporte de derivados. Há flutuação livre de preço.

Chile

Há dois fundos de estabilização. Quando o valor do petróleo sobe, as receitas desses fundos são usadas para baixar preços de gasolina e diesel. Em 2104, entrou em vigor um mecanismo de tributação de combustível que suaviza a volatilidade de preços via ajuste semanal de um componente variável do imposto.

Emirados Árabes

Desde 2015, o preço do combustível é definido mensalmente por um comitê de autoridades, a partir de preços internacionais.

Argentina

O mercado de combustíveis não é regulado, mas é administrado pelo governo implicitamente via a estatal YPF, responsável por 55% dos embarques de gasolina e diesel.

Peru

Há imposto regulatório e fundo de subsídios. Quando o petróleo cai abaixo de determinado nível, o preço dos combustíveis é elevado. Os recursos arrecadados formam uma reserva, usada para baixar o preço quando o petróleo sobe.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/paises->

***cortam-imposto-dao-desconto-para-conter-alta-de-
combustiveis-veja-medidas-25421627***

Presidente do Senado negocia para aprovar bandeiras eleitorais

Por Renan Truffi e Vandson Lima - De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/03/07/presidente-do-senado-negocia-para-aprovar-bandeiras-eleitorais.ghtml>

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/03/07/presidente-do-senado-negocia-para-aprovar-bandeiras-eleitorais.ghtml>

O impacto da guerra sobre a economia brasileira - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187156

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187156

Criação de mercado de carbono pode reduzir 25% das emissões até 2029

Rafael Bitencourt De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187156

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187156

Guerra deve intensificar movimentos protecionistas

Assis Moreira De Genebra

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187156

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187156

Corrida para segurar o preço do combustível



victor correia

O Senado discute, nesta semana, as medidas para a redução dos preços dos combustíveis. A casa vota na sessão de quarta-feira o Projeto de Lei (PL) 1.472/2021 e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020, que pretendem promover um alívio no bolso do consumidor e evitar o impacto generalizado que o alto preço do petróleo pode ter no mercado nacional.

Os projetos assumem lugar de destaque agora depois da disparada no preço do barril de petróleo do tipo Brent ? que é usado como referência internacional ? causado pela invasão da Ucrânia. Na abertura do mercado asiático, ontem à noite, o valor chegou a US\$ 139,13 (aproximadamente R\$ 706).

A Rússia é o segundo maior produtor de petróleo e derivados do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos ? segundo os mais recentes dados da Agência Internacional de Energia (IEA, sigla em inglês). Até o momento, a Petrobras não repassou a alta para os consumidores ? a projeção é de que a situação não dure muito.

Os projetos foram colocados em pauta em 16 de fevereiro, mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu adiar a votação. A crise internacional forçou o tema a voltar ao centro das discussões na Casa e tem apoio do presidente Jair Bolsonaro, que teme o impacto da **inflação** na sua popularidade.

O PL 1.472/2021 estabelece a criação de diretrizes de preços para diesel, gasolina e GLP, além de instituir imposto de exportação sobre o petróleo bruto e de criar um Fundo de Estabilização para os preços ? que seria composto pelos royalties da venda do petróleo. O relator do projeto, senador Jean Paul Prates (PT-RN), estima que os preços dos combustíveis nas bombas

podem diminuir entre R\$ 1 e R\$ 1,50 até o final do ano, caso haja aplicações suficientes nesse fundo regulador.

"A conta é que a cada R\$ 500 milhões investidos, R\$ 0,10 são reduzidos na bomba. O dinheiro que nós previmos para a conta são dividendos da Petrobras pagos ao governo, royalties e demais participações na indústria que são proporcionais ao preço do petróleo. A ideia é o governo devolver o lucro extraordinário à população", salienta o senador.

Já o PLP 11/2020 propõe alterações na cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), arrecadado pelos estados. A proposta é que o tributo seja aplicado sobre o litro do combustível um valor fixo, e não por um percentual no valor final da compra, como é hoje.

Campanha

Medidas para reduzir os preços dos combustíveis já fazem parte da disputa eleitoral. Na semana passada, o ex-presidente e pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, em suas redes sociais, que manteve gasolina, diesel e gás ancorados ao real brasileiro e que pretende retomar a medida caso ganhe a eleição. Ele afirmou que "não existe nenhuma razão técnica, política ou econômica" para que a Petrobras dolarize os preços.

Ciro Gomes (PDT) também criticou o atrelamento à moeda americana, culpando o governo Bolsonaro. O pré-candidato defendeu, na última quinta-feira, a mudança da política de preços da estatal, mas criticou também os projetos no Senado. "Para enganar, estão votando leis que não vão funcionar. É o mesmo que colocar água na gasolina", afirmou.

Já a senadora Simone Tebet (MDB-MS) reuniu-se, na última sexta-feira, com a diretoria da Petrobras para discutir o tema e defendeu a aprovação do PL 1.472/2021. "Não é o ideal subsidiar energia fóssil, mas é extremamente necessário. E mais do que urgente com o barril custando US\$ 110", disse.

Bolsonaro e o custo da guerra



INGRID SOARES

A fim de evitar que a invasão da Ucrânia pela Rússia cause desgastes que se reflitam na campanha de reeleição, Jair Bolsonaro (PL) voltou seus esforços para medidas de cunho popular que desviem a atenção do eleitorado de problemas econômicos causados pelo conflito no Leste Europeu. Já é certa, por exemplo, a liberação do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de até R\$ 1 mil por trabalhador com saldo disponível na conta, além de um pacote de crédito de R\$ 100 bilhões para micro e pequenos empresários. O presidente também tem especial interesse nas votações relacionadas aos combustíveis no Congresso, que devem se intensificar esta semana. As bondades devem chegar a R\$ 150 bilhões e começam a ser divulgadas amanhã, Dia Internacional da Mulher.

Todo esse aceno ao eleitor, porém, tem custos? e são altos. Isso porque, entre especialistas, aumenta o receio de um desequilíbrio fiscal, que, no médio prazo, engoliria o pacote de benesses. A **inflação**, em rota de subida, ainda pioraria o cenário, pois refletiriam a fatura da guerra. Não apenas a importação de fertilizantes? fundamentais para o agronegócio? e o aumento do barril de petróleo no mercado internacional impactariam a carestia, mas também a redução na oferta de grãos, como trigo, pela Rússia e pela Ucrânia empurra os preços para cima. Já há a expectativa de que aves e suínos ficarão mais caros nas gondolas exatamente por causa do fechamento do mercado dos dois países em guerra.

O primeiro vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), classifica o governo como "desastrado e incompetente". "Basta ver a economia se arrastando, desemprego, pobreza e miséria

umentando em nosso país. Populismo é a marca de um governo completamente despreparado para enfrentar momentos durante quatro anos e agora bate o desespero", critica.

Para José Luís Oreiro, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), os efeitos econômicos virão independentemente da posição de Bolsonaro em relação ao presidente russo, Vladimir Putin. Ele cita o aumento do preço internacional do petróleo, do gás, do milho, do trigo e da soja como consequências internas do conflito no Leste Europeu.

"Temos uma desvalorização das moedas dos países emergentes, em particular do Brasil ante o dólar, representando aceleração da pressão inflacionária, contrariando as expectativas iniciais do Banco Central de que a **inflação** começaria a ceder a partir de abril. Nenhuma das medidas que Bolsonaro adotar terá qualquer impacto sobre a cotação internacional das commodities", diz.

Ritmo lento

Oreiro observa, ainda, que a economia vem em ritmo fraco, e a guerra não ficará de fora da campanha eleitoral. "O boletim Ibre do FGV já mostrava crescimento em ritmo menor do que esperado no início de 2022. Essas medidas do presidente preparadas para o presidente podem ter alguma importância num primeiro momento, mas o impacto (da guerra) sobre a economia brasileira, a partir de abril, vai ser muito forte com a alta **inflação** de alimentos, economia retraindo e aumento do desemprego. Contra isso, não existe mágica possível", avalia.

Sérgio Praça, cientista político e professor da FGV, concorda que será inevitável que a **inflação** e a gasolina subam com o conflito entre Rússia e Ucrânia. "As consequências internacionais serão grandes, e o Brasil vai sentir, assim como o resto do mundo. Não acho que tenha como escapar. As medidas propostas pelo presidente são boas, mas serão engolidas pelo aumento da **inflação**. Melhor fazer do que não fazer, mas o efeito eleitoral (positivo) será pequeno, pois não fazem parte de um plano econômico coeso. São medidas pontuais." Segundo Praça, medidas populistas não são "uma boa maneira de conduzir a economia do país. É um conjunto de erros que a gente vai sentir nos próximos meses. Se pesar no bolso do brasileiro, mesmo que não seja culpa direta (de Bolsonaro), se reflete na popularidade", garante.

Já o cientista político Rodrigo Prando, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, avalia que o pacote de bondades do presidente terá impacto positivo inicialmente. Mas tem dúvidas se será capaz de ajudar na aprovação do presidente.

"Persistindo o cenário de guerra, o aumento dos combustíveis, que vinha em uma crescente, é um fato que pode deteriorar a aprovação do presidente. Além de questões como o aumento do trigo e, conseqüentemente, o do pão. Tem ainda os fertilizantes, que podem atrapalhar os produtores e o agro", salienta.

Para Prando, o governo Bolsonaro é reativo e, quando reage, o faz tardiamente e de maneira malfeita. "Gasto público em ano eleitoral costuma ter um impacto, é inegável. Melhoria do pagamento do Auxílio Brasil, linhas de crédito, tudo isso pode ajudar em regiões em que a pobreza e a miséria são maiores. Tem que ver se haverá tempo para que esse efeito seja traduzido em ganho de popularidade e se converta em voto. Quando a campanha engrenar, os adversários farão de tudo para desgastar e colocar repetidas vezes as ações e as falas de Bolsonaro nesses três anos", salienta.

A linguagem do dólar e da bolsa (Editorial)

A valorização recente do real ante o dólar pode ter vida curta, assim como o bem ? pouco visto no Brasil dos últimos tempos ? que esse fenômeno pode trazer às necessidades de recuperação da economia, não fosse o que, de fato, move os investidores. A semana passada marcou queda de 1,53% da moeda norte-americana, embora no derradeiro pregão de sexta-feira a divisa tenha subido 1% e mostrado que pode ter terminado aquele fôlego de aparente indiferença à insegurança provocada no mundo pela guerra na Ucrânia.

O período de predominante euforia na bolsa brasileira reflete a intensa entrada de capital estrangeiro interessado em ações baratas e nos juros de dois dígitos (10,75% ao ano) que o governo brasileiro paga ao vender títulos no mercado financeiro. De fato, o Ibovespa fechou a sexta-feira com recuo de 0,6%, a 114.473 pontos, embora, no acumulado de três dias de pregões, tenha apresentado ganho de 1,17%. A expectativa dos investidores é de que, diante do confronto, produtos agrícolas e minerais cotados no mercado internacional se beneficiem de preços elevados por algum tempo.

Bancos como o Credit Suisse observaram que o real valorizado favorece o combate à **inflação** e implica redução da taxa básica de juros (Selic), a qual, quando elevada, encarece o crédito bem-vindo em períodos de reação da economia, desestimula os investimentos produtivos, a geração de empregos e renda. Outro resultado positivo estaria na melhora das condições para o equilíbrio fiscal do setor público.

Em posições opostas, o que atrai o investimento estrangeiro, e o país viu esse movimento sob o avanço das tropas russas, indica um revés para as famílias brasileiras, com seu orçamento já apertado pela queda do poder de compra. O mercado financeiro festejou os aumentos dos preços do petróleo e das commodities, produtos agrícolas e minerais com grande peso nas economias emergentes, como o Brasil, mas que são ingredientes capazes de gerar **inflação** interna. A disparada dos preços do petróleo, trigo, milho e soja pode afetar desde os preços do pãozinho de sal aos das carnes e da gasolina, além do frete das mercadorias em geral.

Com seguidas elevações, as cotações do chamado ouro negro atingiram na quarta-feira o pico dos últimos 10 anos. O barril de Brent do Mar do Norte para entrega em maio chegou a US\$ 112,93. Exibiram recorde também alumínio e gás natural, assim como

percorrem rota ascendente o trigo e o milho. Na avaliação das empresas importadoras, a subida das cotações, no caso do petróleo, levou a diferença entre os preços interno e externo a 25%, o que indica, no Brasil, maior demanda por reajuste nas refinarias da Petrobras, tendo em vista a política de paridade na correção de preços mantida pela estatal.

A exemplo do Brasil, nações dependentes do petróleo e do gás natural russo vislumbram elevações de preços que vão desaguar no frete e, assim, encarecer os alimentos. Isso explica a perspectiva de **inflação** maior no planeta.

Economistas experientes na formação dos preços consideram que ainda é cedo para avaliar o impacto que o consumidor verá nos preços nas prateleiras. Dependerá da duração do confronto na Ucrânia e da intensidade da elevação dos preços das commodities. Há quem já trabalhe com a expectativa de **inflação** superior a 6,5% do IPCA, o indicador da **inflação** oficial do país neste ano. Tempos difíceis.

O ingresso do Brasil na OCDE (Artigo)



JOSÉ GOLDEMBERG *Presidente do Conselho de Sustentabilidade da Fecomercio-SP*

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), estabelecida em 1961 com 20 membros fundadores, é composta atualmente por 38 países, incluindo algumas das principais economias desenvolvidas do mundo, como Estados Unidos, Japão e países da União Europeia, além de economias emergentes latino-americanas, como México e Colômbia. Até agora, o Brasil tem participado apenas de comitês técnicos da organização. O Conselho da OCDE decidiu iniciar discussões sobre a adesão do país à organização. Em janeiro de 2022, para ser aceito no "clube", os países candidatos precisam demonstrar alinhamento aos princípios que regem o grupo.

É pré-condição para iniciar negociações para o acesso do Brasil a adesão a dois documentos adotados pelos membros, em outubro de 2021, que refletem valores comuns, visão e prioridades da OCDE, como preservação da liberdade individual, valores da democracia, respeito às leis e defesa dos direitos humanos. Além disso, no que se refere especificamente às questões de desenvolvimento sustentável, os requisitos são os seguintes: proteger o meio ambiente e melhorar as condições de vida de todos, em linha com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU); adotar políticas públicas que incluam reverter e fazer cessar a perda da biodiversidade e o desmatamento, tal como acordado na Conferência das Partes (COP26) da

Convenção do Clima, em Glasgow (Reino Unido), em dezembro passado; adotar medidas que levem o país à "emissão zero" de gases do efeito estufa até 2050.

O ingresso do Brasil na OCDE - quando ocorrer - vai acelerar o processo de adoção de melhores práticas de políticas públicas na área de Sustentabilidade, pelas quais muitas entidades públicas e privadas (inclusive a FecomercioSP) têm se empenhado. Isso ocorre porque a OCDE estabelece padrões globalmente utilizados de inúmeros produtos e procedimentos que impactam as atividades comerciais e industriais dos países.

Um exemplo é o da Logística Reversa (LR), conjunto de processos para recolhimento e encaminhamento adequados a determinados produtos pós-consumo que - ao serem descartados de forma inadequada - prejudicam o meio ambiente. A FecomercioSP luta para implantar a LR no Brasil desde 2010, já adotada há muito tempo pelos integrantes da OCDE. O atraso no país para implementar essas medidas não será tolerado pela OCDE. Outro ponto é o fato de que apenas uma pequena parte dos resíduos urbanos é coletada de maneira separada em orgânicos e não orgânicos, o que também não obedece aos padrões da organização, pelos quais a coleta seletiva é regra, não exceção.

Ingressar na OCDE, conhecida como "o clube dos ricos", vai aumentar a supervisão internacional, melhorar o posicionamento estratégico da nação na geopolítica mundial, aumentar a importância do desenvolvimento de regras e padrões e gerar cooperação e troca de experiências de alto nível com países desenvolvidos.

Com isso, o Brasil vai se tornar mais atraente para investimentos que vão ajudar a modernizá-lo. Portugal, exemplo de onde tudo isso ocorreu, era um país considerado de Terceiro Mundo, dentro da Europa, durante a ditadura de Salazar. Após a entrada na União Europeia e também na OCDE, o governo português recebeu enormes subsídios para a construção de estradas e melhorias na infraestrutura. Essas mudanças transformaram Portugal em um dos lugares mais atraentes do continente para atividades de turismo, setor importante ao Produto Interno Bruto (**PIB**) do país.

Outras consequências da adesão à OCDE ocorrerão na área de energia, uma vez que a organização tem metas claras para atingir "emissão zero" de gases do

efeito estufa em 2050. Isso implicará na adoção de tecnologias mais eficientes e energias renováveis, reduzindo a presente tendência de "carbonização" da matriz energética brasileira e se traduzindo na modernização de diversos setores do setor produtivo no país.

Bolsonaro age contra o tempo



Presidente tem cobrado da Casa Civil e do Ministério da Economia medidas que gerem repercussão positiva junto ao eleitorado e se convertam em votos

Ingrid Soares

Com as consequências da guerra entre a Rússia e a Ucrânia batendo às portas em reflexos na economia do Brasil, o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem se concentrado em medidas populistas na tentativa de minimizar os estragos em sua popularidade e, conseqüentemente, se reeleger. O chefe do Executivo passou as últimas semanas cobrando da Casa Civil e do Ministério da Economia que intentos que gerassem repercussão positiva saíssem do papel.

Já está certo, por exemplo, a liberação do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de até R\$ 1 mil por trabalhador com saldo disponível na conta, além de um pacote de crédito de R\$ 100 bilhões para micro e pequenos empresários. No entanto, além do receio de um desequilíbrio fiscal, especialistas apontam que apesar do auxílio à população, os benefícios podem acabar "engolidos" pela alta da **inflação**, causando deterioração ainda maior de Bolsonaro e com conversão eleitoral mínima, de alcance incerto.

O primeiro vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), caracterizou o governo de "desastrado e incompetente". "Basta ver a economia se arrastando, desemprego, pobreza e miséria aumentando em nosso país. O reflexo na economia poderá ser bom de um lado, mas para o conjunto do equilíbrio fiscal poderá ser um desastre e comprometer gerações. Populismo é a marca de um governo completamente despreparado para enfrentar momentos durante quatro anos e agora bate o desespero dos derrotados."

Para o economista José Luís Oreiro, professor do

Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), os efeitos ocorrerão independentemente da posição que Bolsonaro tenha assumido com o presidente russo, Vladimir Putin. Ele cita o aumento do preço internacional do petróleo, do gás, do milho, do trigo e da soja como conseqüências internas do conflito no leste europeu.

"Temos uma desvalorização das moedas dos países emergentes, em particular do Brasil com respeito ao dólar, representando aceleração da pressão inflacionária, contrariando as expectativas iniciais do Banco Central de que a **inflação** começaria a ceder a partir de abril. Nenhuma das medidas que Bolsonaro adotou terá qualquer impacto sobre a cotação internacional das commodities", completou.

Oreiro observou ainda que a economia já vinha em ritmo fraco e que o conflito acabou com as chances de reeleição do chefe do Executivo. "O boletim Ibre do FGV já mostrava crescimento de ritmo menor do que o esperado no início de 2022. Essas medidas do presidente podem ter algum impacto sobre os convertidos de Bolsonaro, mas dificilmente terão algum impacto real sobre o nível de atividade econômica. A guerra na Ucrânia acabou com as possibilidades de Bolsonaro de se reeleger como presidente porque o impacto sobre a economia brasileira a partir de abril vai ser muito forte com a alta **inflação** de alimentos, economia retraído e aumento do desemprego. Contra isso, não existe mágica possível que o Posto Ipiranga possa fazer", analisou.

MAIS INFLAÇÃO Sérgio Praça, cientista político e professor da FGV corrobora que, com a crise da guerra, é inevitável que a **inflação** e a gasolina aumentem. "As conseqüências internacionais serão grandes e o Brasil vai sentir, como o resto do mundo. Não acho que tenha como escapar. As medidas objetivadas pelo presidente são boas, mas vão acabar sendo engolidas pelo aumento da **inflação**. Melhor fazer do que não fazer, mas o efeito eleitoral vai ser pequeno, pois não faz parte de um plano econômico coeso e com credibilidade. São medidas pontuais".

"É diferente do presidente chegar e falar que tem um pacote de 10 medidas para enfrentar esses tempos, mas a condução econômica sempre foi ruim. Não é um plano coeso, mas de alcance incerto. Não é uma boa maneira de conduzir a economia do país, muito menos de fazer Orçamento Secreto e o desastre fiscal do ano passado. É um conjunto de erros que a gente vai sentir nos próximos meses. Em parte, é culpa dele.

E em parte, não. É consequência de uma guerra unilateralmente pensada. Mesmo assim, ele deve sentir porque o presidente é visto pela condução na economia. Se pesar no bolso do brasileiro, mesmo que não seja culpa direta, se reflete na popularidade dele", emendou.

Já o cientista político Rodrigo Prando, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, avalia que o pacote de bondades do presidente deve ter um certo impacto. Mas, aponta, a grande questão é se será capaz de reverter a deterioração da aprovação do presidente, que se confirma nas consequências da pandemia e da questão da **inflação** e do aumento de custo do brasileiro.

"Persistindo o cenário de guerra, o aumento nos combustíveis que já vinha em uma crescente, é um fato que pode deteriorar ainda mais a situação de aprovação do presidente. Fora questões como o aumento do trigo, conseqüentemente do pão e além de tudo, a questão dos fertilizantes que pode atrapalhar os produtores e o agro. De todas as formas possíveis, Bolsonaro vai buscar esses recursos tentando reverter uma situação que, ao meu ver, é muito difícil. Seria interessante que ele não só conseguisse dinheiro para investimentos, mas que ele mudasse de postura e fosse mais empático com o brasileiro, que mudasse a conduta em relação à vacinação e a situação da pandemia. Mas é difícil porque a situação dele é de se resguardar dentro desse grupo radical que o apoia, ele tem pouco esforço envolvido na tentativa de ampliar o discurso dele para o centro", salientou.

Ele emendou também que o governo Bolsonaro é reativo, mas quando reage é de forma tardia e malfeita. "Mesmo na pandemia, o governo teve todas as condições de, no início, atacar o vírus como um inimigo e ganhar capital político e popularidade. O fato dele ter ido à Rússia, encontrado Putin e não ter condenado a invasão da Ucrânia é outro elemento que torna qualquer discurso do presidente desencontrado com a realidade".

"Gasto público em ano eleitoral costuma ter um impacto. É inegável. O problema é se o tempo que ele terá para esse impacto ser sentido será tempo suficiente para que o brasileiro que estava em pior situação entenda que é algo relacionado diretamente ao presidente que tem histórico de se colocar distante das agruras do brasileiro em momentos de tragédia. Melhoria do pagamento do Auxílio Brasil, linhas de crédito, tudo isso pode ajudar em regiões em que a pobreza e miséria é maior. Tem que ver se haverá tempo para que esse impacto seja traduzido em ganho de popularidade e se converta, de fato, em voto. Bolsonaro vai fazer de tudo para melhorar a situação

eleitoral, mas quando começar a campanha, os candidatos farão de tudo para desgastar e colocar repetidas vezes as ações e falas deles nesses três anos."

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/03/2022/p1>

Políticas alimentares permanentes (Artigo)

Gustavo Porpino e João Flavio Veloso Pesquisador, doutor em administração (FGV-Eaesp) e ex-pesquisador visitante da Universidade Cornell (EUA) Pesquisador e doutor pela USP/Esalq com pós-doutorado pela UMR Innovation (França)

A pandemia de Covid-19 nos ensinou, ou deveria ter ensinado, a valorizar a cidadania e a solidariedade. As cenas das pessoas revirando latas de lixo em busca de comida ou fazendo fila para comprar ossos não podem ser moralmente aceitáveis em país com agronegócio pujante e capaz de exportar US\$ 120 bilhões por ano.

O aparente paradoxo esconde algumas tristes realidades. Produzimos e exportamos cada vez mais grãos e carnes, mas nos falta uma estratégia de Estado robusta para ampliarmos o acesso a alimentos saudáveis -e ainda tateamos um caminho para reduzir perdas e desperdício do campo à mesa.

Políticas públicas alimentares são essenciais para atenuar os "tradeoffs" provocados pela nossa capacidade de exportar cada vez mais alimentos. Certamente as exportações são importantes por gerar superávit na balança comercial e fortalecer a nossa economia. A questão não é retirar importância do agronegócio exportador, mas implementarmos também estratégias capazes de apoiar a produção de alimentos básicos, atenuar a alta dos preços internos, expandir o consumo per capita de frutas e hortaliças e contribuir para um sistema alimentar mais atento às tendências globais de sustentabilidade.

O desafio de alimentar mais brasileiros não necessariamente significa que precisamos produzir mais. A condição para aprimorar a segurança alimentar e nutricional (SAN) é termos um sistema alimentar mais justo e eficiente. Ter mais alimentos nutritivos disponíveis para quem até deseja, mas não consegue se alimentar bem por não ter acesso a eles, é mandatário. As razões para tal situação são diversas e históricas, mas é preciso revisita-las.

O enfrentamento à insegurança alimentar sofre cortes de recursos sempre que a economia está desaquecida, mas a lógica deve ser o contrário. De 2015 para 2016, por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PN AE) perdeu quase 20% de poder de compra, considerando a redução orçamentária de R\$ 3,7 bilhões (2015) para R\$ 3,4 bilhões (2016) e a **inflação** anual do grupo alimentos, conforme o INPC, de 10,67% em 2015. Mais

recentemente, o orçamento do PNAE também tem sido atingido pela **inflação** elevada, principalmente pela alta do preço dos alimentos nos últimos dois anos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), outra iniciativa importante para garantir a comercialização de produtos de pequenos e médios produtores e levar alimentos aos mais fragilizados, foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil. O novo programa entrou em vigor com boas intenções, mas o orçamento projetado para 2022 é de R\$ 101,6 milhões, insuficiente para atender todas as demandas.

Entretanto, mesmo com tantos entraves, não faltam boas iniciativas públicas e privadas de fortalecimento da SAN no Brasil. Para melhorar a governança, é necessário conectar mais essas ações e aprimorar a integração entre diferentes níveis de governo. Coalizões público-privadas, por exemplo, podem ser implementadas para ampliar a rede brasileira de bancos de alimentos. Para fins de comparação, os EUA possuem mais de 60 mil despensas comunitárias e em torno de 400 bancos de alimentos. O Brasil possui aproximadamente 210 bancos de alimentos, e vários carecem da infra estrutura necessária para gerenciar doações.

Parte do problema demanda inserir mais fortemente políticas públicas alimentares no debate eleitoral, e a sociedade civil deve cobrar dos(as) candidatos(as) nas próximas eleições propostas para fortalecer circuitos curtos de produção e consumo com fortalecimento da agricultura urbana e periurbana, além de iniciativas de economia circular e/ ou inovação social para gerar renda e combater a fome. Essas tendências são observadas mundo afora, e o Brasil pode avançar mais se tiver políticas públicas de Estado.

Alimentação é um tema que diz respeito a todas e todos nós, brasileiros. O Brasil tem muito potencial para produzir alimentos, possui capacidade empreendedora e cultura alimentar diversa e rica. Já possuímos os principais ingredientes para termos uma agenda sólida de SAN apartidária, intersetorial, plural, e principalmente, perene.

[...] A questão não é retirar importância do agronegócio exportador, mas implementarmos também estratégias capazes de apoiar a produção de alimentos básicos, atenuar a alta dos preços internos, expandir o consumo per capita de frutas e hortaliças e contribuir para um sistema alimentar mais sustentável

Gustavo Porpino e João Flavio Veloso Pesquisador, doutor em administração (FGV-Eaesp) e ex-pesquisador visitante da Universidade Cornell (EUA) Pesquisador e doutor pela USP/Esalq com pós-doutorado pela UMR Innovation (França)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

42

Com distribuição de R\$ 101,4 bi, Petrobras se torna 'vaca leiteira'

Nicola Pamplona

Como anúncio de que vai compartilhar com acionistas R\$ 101,4 bilhões de seu resultado de 2021, a Petrobras confirma a expectativa de que caminha para se tornar uma "vaca leiteira", como o mercado chama empresas boas pagadoras de dividendos.

Levantamento feito pela Economática com petroleiras que divulgaram balanços até sexta (25) mostra que a brasileira foi a segunda a pagar mais dividendos em 2021, atrás apenas da gigante americana Exxon Mobil.

Pelo indicador que mede o rendimento de uma ação pelo pagamento de dividendos, conhecido como "dividend yield", a Petrobras também é a segunda, garantindo ao acionista um retorno de 19,94% sobre o valor da ação.

O número considera apenas os valores pagos em 2021. Somando a parcela de dividendos anunciada nesta quarta-feira (23), de R\$ 37 bilhões, o retorno em dividendos das ações da estatal sobe para 33%, segundo o banco UBS, considerando o valor médio das ações durante o ano.

O mercado espera que os ganhos elevados se mantenham: em seu último planejamento estratégico, a Petrobras previu distribuir até US\$ 70 bilhões (R\$ 360 bi) em cinco anos.

"O novo nível de lucratividade leva a um dividend yield de 15% a 25% ao ano", escreveram Luiz Carvalho, Matheus Enfeldt e Tasso Vasconcellos em relatório do UBS.

Para o estrategista-chefe da TC Matrix, Hugo Queiroz, a transição da empresa para "vaca leiteira" reduz a percepção de risco sobre suas ações, que costumam oscilar muito ao sabor do cenário político.

"Mesmo a ação sendo volátil, não quer dizer que a empresa vá mudar a trajetória de pagamento de dividendos", afirma.

A guinada foi feita ainda na gestão Roberto Castello Branco, primeiro presidente da Petrobras sob o governo Bolsonaro, demitido em fevereiro de 2021 em meio a insatisfações sobre a escalada dos preços dos combustíveis.

Egresso da Vale e defensor da privatização da Petrobras, Castello Branco focou investimentos em negócios mais rentáveis, venda acelerada de ativos e redução do endividamento, liberando caixa para remunerar os acionistas.

Em sua gestão, a empresa aprovou nova política de remuneração que permite a distribuição de recursos mesmo em anos de prejuízo e o pagamento de dividendos acima do piso previsto em lei quando a dívida chegasse abaixo de US\$ 60 bilhões (R\$309bi).

A estratégia reduziu o endividamento para abaixo do piso e, com preços do petróleo em alta, a companhia obteve forte geração de caixa, o que justificou os elevados dividendos recém-anunciados.

No Brasil, apenas a Vale paga hoje tão bem: R\$ 73,3 bilhões em 2021, o maior volume já registrado entre companhias abertas brasileiras. A Petrobras veio em seguida com R\$ 72,7 bilhões.

Em 2021, ano em que teve lucro recorde de R\$ 106,6 bilhões, a Petrobras vendeu combustíveis a um preço médio de R\$ 416,40/barril, o maior valor já registrado em balanço e 15,6% acima do praticado em 2018, ano da greve dos caminhoneiros, já descontada a **inflação** do período.

Mas as críticas que devem surgir no debate eleitoral deste ano põem em dúvida a manutenção da política.

Líder nas pesquisas de intenção de votos, o ex-presidente Lula (PT) vem repetindo que, se eleito, vai mudar a política atual de preços dos combustíveis, que acompanha de perto as variações das cotações internacionais e da taxa de câmbio.

"Não vamos manter o preço da gasolina dolarizado. É importante que o acionista receba dividendos quando a Petrobras der lucro, mas não posso enriquecer o acionista e empobrecer a dona de casa, que vai comprar feijão e paga mais caro por causa da gasolina", afirmou, no início do mês.

O próprio presidente Jair Bolsonaro (PL) tem feito críticas à estratégia da estatal. Nesta quinta (3), defendeu que a empresa reduza lucros para evitar uma alta brusca nos preços dos combustíveis diante

da crise geopolítica causada pela guerra na Ucrânia.

"Em um momento de crise como esse, eu acho que esse lucro, dependendo da decisão dos diretores, do conselho e do presidente, poderia neste momento de crise ser rebaixado um pouquinho para a gente não sofrer muito aqui", declarou o presidente, durante sua live semanal.

Ligado aos sindicatos de petroleiros, o Ineep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) critica a estratégia de gerar "superlucros" com a venda de ativos e a prática de preços internacionais.

"A empresa está comunicando claramente que vai privilegiar a geração e distribuição de valor no curto prazo", diz o pesquisador do Ineep e do Núcleo Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente da UFRJ, Mahatma Santos.

Na sua opinião, esse modelo terá consequências para o futuro da empresa, com reflexos da venda de ativos e a redução de investimentos sobre sua sustentabilidade. No último plano estratégico, ressalta, a Petrobras prevê mais recursos para dividendos do que para investimentos.

O risco de nova guinada é reconhecido pelos analistas que cobrem a empresa, mas eles mantêm, em geral, recomendação de compra das ações da companhia, hoje consideradas baratas em relação a suas concorrentes internacionais.

Para Queiroz, o baixo preço atual da ação vale o risco, mesmo para investidores mais receosos com o sobe e desce das bolsas. "A Petrobras está muito barata perto do que ela entrega", afirma.

Bolsonaro indica presidente do Flamengo à chefia do conselho da estatal Aliado do presidente Jair Bolsonaro (PL) na volta do futebol durante a pandemia, o presidente do Flamengo, Rodolfo Landim, foi indicado para presidir o conselho de administração da Petrobras, após o almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira pedir para sair por "razões pessoais".

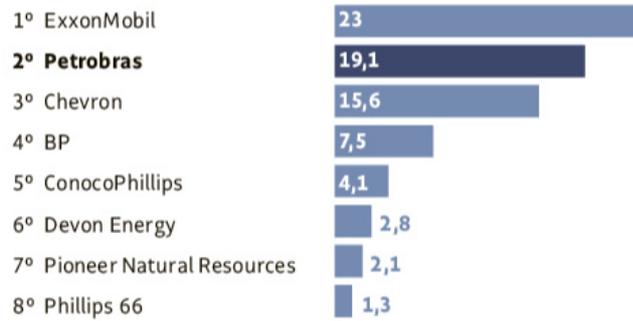
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49842&anchor=6451419&pd=06ea53ebff640c8be3a60839ec8ae7af>

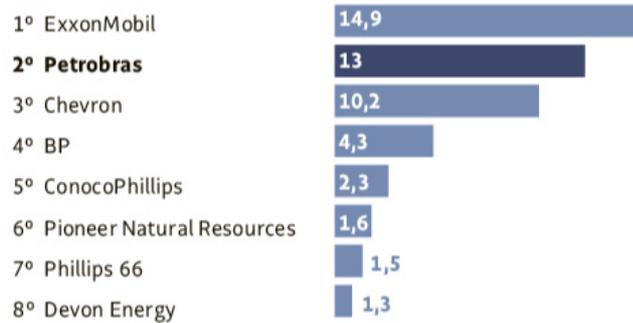
Boa pagadora

Política de dividendos da Petrobras começa a render lucros a acionistas

Comparação com petroleiras que já divulgaram balanço
Dividendos distribuídos em 12 meses, em US\$ bilhões

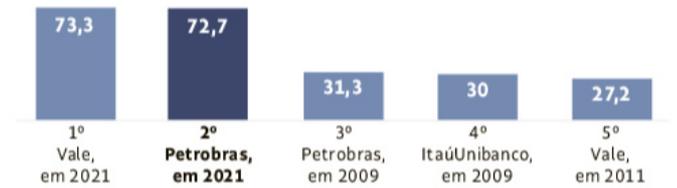


Comparação com petroleiras que já divulgaram balanço
Lucro, em US\$ bilhões

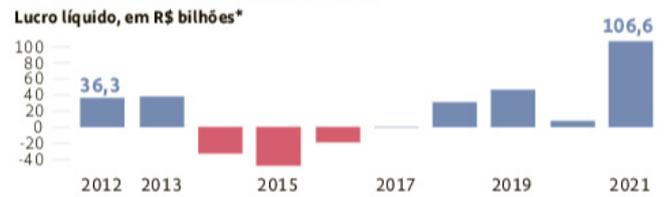


*Corrigido pelo IPCA | Fontes: Petrobras e Economática

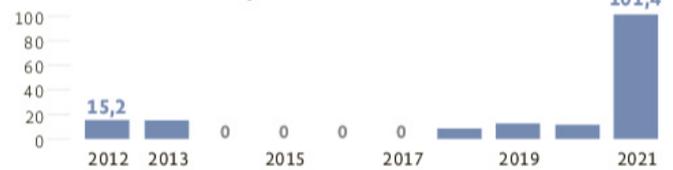
Maiores pagamentos anuais no Brasil
Em R\$ bilhões*



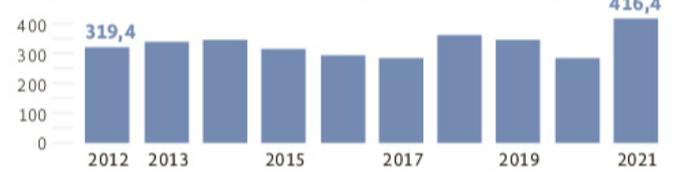
A Petrobras nos últimos dez anos



Dividendos distribuídos, em R\$*



Preço médio de venda dos combustíveis, em R\$ por barril*



Para economista, ritmo dos juros é grande incógnita

Marsílea Combata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187156

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187156

Problemas de oferta prejudicam desempenho do PIB (Artigo)

***Fernando Rocha é sócio e economista-chefe da JGP
Gestão de Recursos***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187156

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187156